

REFLEXÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO: DA ÊNFASE NO CRESCIMENTO ECONÔMICO AO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Tiago Ferreira Ribeiro

Graduado em Administração pela Unespar - campus de Apucarana. Especialista em Gestão Financeira e Contábil e mestre pelo Programa de Pós-graduação Sociedade e Desenvolvimento - PPGSeD.

Fabio Rodrigues da Costa

Doutor em Geografia pela UEM, professor do Programa de Pós-graduação Sociedade e Desenvolvimento - PPGSeD, na Unespar.

RESUMO: Em muitos estudos e pesquisas, a ideia de desenvolvimento ainda está associada apenas ao crescimento econômico, contudo, nas quatro últimas décadas, novas contribuições foram introduzidas no debate acadêmico e político, entre elas, pode-se destacar: desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano e o desenvolvimento territorial. O objetivo principal do presente artigo é fazer uma reflexão crítica sobre o conceito de desenvolvimento. Para tanto, examina as transformações ocorridas no decorrer do tempo, com destaque para a transição de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, para um olhar multidimensional pautado no desenvolvimento territorial. Trata-se de uma pesquisa interdisciplinar que busca sintetizar as contribuições da Geografia, da Economia e da Administração. Utiliza de levantamento bibliográfico (livros, capítulos de livro e artigos), e posterior análise crítica do tema em questão. Espera-se que os resultados apresentados possam contribuir para um outro olhar sobre desenvolvimento, considerando a inter-relação entre as questões sociais, políticas, ambientais, culturais e econômicas.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Território. Interdisciplinaridade.

REFLECTIONS ON DEVELOPMENT: FROM AN EMPHASIS ON ECONOMIC GROWTH TO TERRITORIAL DEVELOPMENT

ABSTRACT: In many studies and research, the idea of development is still associated solely with economic growth. However, in the last four decades, new contributions have been introduced to the academic and political debate, among which the following stand out: social development, sustainable development, human development, and territorial development. The main objective of this article is to provide a critical reflection on the concept of development. To this end, it examines the transformations that have occurred over time, highlighting the transition from development as a synonym for economic growth to a multidimensional perspective based on territorial development. This is an interdisciplinary research that seeks to synthesize the contributions of Geography, Economics, and Administration. It uses a bibliographic survey (books, book chapters, and articles) followed by a critical analysis of the subject in question. It is hoped that the presented results can contribute to a new perspective on development, considering the interrelation between social, political, environmental, cultural, and economic issues.

Keywords: Development. Territory. Interdisciplinarity.

1 INTRODUÇÃO

Conceituar desenvolvimento é um desafio, visto que existe na literatura científica convergências e divergências epistemológicas em sua definição. De acordo com Amaro (2017), é importante refletir sobre o tema sem encerrá-lo em definitivo. Segundo Oliveira (2002, p. 38) “[...] o debate acerca do conceito de desenvolvimento é bastante rico no meio acadêmico, principalmente quanto à distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico”.

O conceito de desenvolvimento ganhou força no período posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Oliveira (2002) menciona que, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), desenvolvimento se tornou sinônimo de progresso. Amaro (2003, 2017) corrobora com o debate ao pontuar que o conceito dominante propagado no período pós-guerra foi economicista, pautado no progresso técnico e na modernização capitalista.

A partir dos anos de 1970, a visão economicista foi questionada por pensadores críticos e tal fato abriu caminho para uma reformulação na concepção do que é desenvolvimento. Embora o termo tenha absorvido novas ideias, as respostas e adaptações capitalistas para o desenvolvimento ainda apresentam obstáculos na promoção de um mundo que possibilite a

proteção ambiental, a valorização da diversidade cultural e a justiça social.

Com base no exposto, o objetivo do presente artigo é elaborar uma reflexão crítica com relação ao conceito de desenvolvimento, bem como analisar as transformações conceituais ocorridas no transcorrer do tempo, especialmente a mudança da ênfase dada ao crescimento econômico, para uma interpretação interdisciplinar e multidimensional alicerçada no conceito de desenvolvimento territorial.

O artigo está dividido em quatro partes mais a introdução e as considerações finais. Na primeira parte, foi exposto um levantamento acerca da origem da palavra desenvolvimento e como ela foi adquirindo complexidade no decorrer do tempo. Na segunda parte, foi realizada uma discussão sobre o paradigma dominante do desenvolvimento (pautado no crescimento econômico e no progresso). Na terceira parte foram apresentadas algumas das novas concepções de desenvolvimento (desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento humano). Por fim, na quarta parte, foi analisado o conceito de desenvolvimento territorial.

1 A ORIGEM DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Buscar a origem e a história da palavra desenvolvimento é o passo inicial para entender como o conceito foi se transformando no decorrer do tempo e adquirindo novas interpretações, tendo em vista que as palavras evoluem e se transformam de acordo com as necessidades culturais da sociedade que a utiliza. Portanto, a etimologia pode ser fundamental para entender a jornada do conceito de desenvolvimento e compreender, com a criticidade que se requer, a abrangência de seus diversos significados. Segundo Viaro (2013, p. 29), “[...] o que mais chama atenção do leitor atual, são as múltiplas etimologias que não se excluem, pois muitas vezes mostrariam diversos ângulos do mesmo ser”.

Deste modo, ao consultar o dicionário Houaiss (2022, s. p.)¹, o substantivo desenvolvimento apresenta 11 (onze) significados e empregabilidades distintas, embora em alguns casos semelhantes. De maneira mais genérica, o dicionário aponta que significa “[...] aumento da capacidade ou das possibilidades de algo; crescimento, progresso, adiantamento”. Outro exemplo é o emprego da palavra para as ciências econômicas como “[...] crescimento

¹ Busca de palavras no dicionário on-line disponível em:

https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#3. Acesso em: 20 jun. 2024.

econômico, social e político de um país, região, comunidade etc.” Para as ciências da terra, “[...] aumento das qualidades físicas; crescimento de uma planta”. A geometria o entende como “[...] extensão da superfície de um corpo sólido sobre um plano”. Na matemática, desenvolvimento é a “[...] efetuação dos cálculos de uma equação algébrica, de uma função em série”. Também se observa que a música, a topografia, a religião, a medicina e outros campos do conhecimento empregam a palavra em contextos que lhes permitem expressar esclarecimentos sobre suas respectivas áreas do conhecimento.

Verifica-se, portanto, que desenvolvimento remete ao verbo “desenvolver”, do verbo “envolver” que, por sua vez, vem do verbo “volver”. Este, oriundo do latim *volverei*, no sentido de “voltar, tornar, levar ou trazer”, possui aplicabilidades diversas, bem como o significado correlato a ela (Diniz, 2010, p. 33).

No entanto, após esta análise, resta talvez a questão primordial: como uma palavra que significa essencialmente “desenrolar” e poderia ser entendida, nas palavras de Santos *et al.* (2012, p. 46), como “[...] ‘sem envolvimento’”, possui diversos conceitos ou significados, podendo ser empregados, sem necessariamente estarem incorretos, em inúmeros contextos ou áreas do conhecimento?

Santos *et al.* (2012) pretendem responder a essa questão apontando que o uso da palavra desenvolvimento, em outros contextos, foi utilizado primeiramente por Charles Darwin, no sentido de “transformação” ao discorrer sobre a evolução dos seres vivos. O autor ainda sugere que a obra *A origem das espécies* chancela uma corrente teórica, outrora já iniciada nas últimas décadas no século XVII, que pressupunha que a sociedade busca sua própria evolução, isto é, seu próprio desenvolvimento.

Ao analisar a obra de Darwin (2017), identifica-se que a palavra “desenvolver” é utilizada 42 (quarenta e duas) vezes. Sendo que a maioria das ocorrências se remetem ao sentido de transformação, mudanças dos atributos físicos e crescimento das espécies de seres vivos, plantas e sementes. O mesmo ocorre com a palavra “desenvolvido(s)” com 49 (quarenta e nove) ocorrências no total, “desenvolvida(s)” com 47 (quarenta e sete) ocorrências no total e “desenvolvimento” com volumosas 151 (cento e cinquenta e uma) ocorrências. Todas com sentidos semelhantes à primeira significação.

Porém, a obra de Darwin pouco explica o significado de desenvolvimento, tendo em vista que seu objetivo principal era apresentar a teoria da origem e da evolução das espécies. Observa-se, no entanto, que foi o darwinismo social, mesmo sendo uma corrente de pensamento controversa devido aos conceitos de hegemonia e supremacia racial ou outras formas de discriminação, que mais atuou para os diversos usos do conceito de

“desenvolvimento”. Segundo Leite (2019), foi o sociólogo Herbert Spencer² que transformou a abordagem biológica de Darwin em paradigmas e leis sociais, entendendo que a sociedade enquanto organismo se desenvolve sob a perspectiva da sobrevivência do mais apto. Tal perspectiva pressupõe que “[...] instituições sociais dominantes seriam as mais aptas enquanto hegemônicas” e que “[...] empresários e comerciantes que sobressaíssem o fariam por serem melhores e mais aptos que os demais menos evoluídos” (Leite, 2019, p. 78). Portanto, a obra de Spencer pode ser considerada como o marco de transição do conceito de desenvolvimento para outras áreas do conhecimento por estar intimamente ligada à concepção de evolução darwinista. Bem como a aceitação de seus pressupostos pela comunidade acadêmica, empresários e outros intelectuais, somando-se à forma de interpretar, à época, estas premissas que contribuíram amplamente “[...] para legitimar práticas de monopolização de setores da economia em torno do argumento de que a sobrevivência do mais forte se aplicava como lei de mercado” (Leite, 2019, p. 79).

Assim, denota-se que a palavra desenvolvimento fora utilizada pelas ciências naturais e biológicas e, na medida que seu conceito migrou para as outras áreas do conhecimento, por meio do darwinismo social, é possível entender como desenvolvimento adquiriu um significado de evolução, mudança, de sair de um estado atual para um estado superior de existência, permitindo, portanto, sua utilização em diversas áreas de conhecimento (Santos *et al.*, 2012).

2 OS PARADIGMAS DOMINANTES DO DESENVOLVIMENTO

2.1 DESENVOLVIMENTO COM ÊNFASE NO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Na perspectiva clássica do desenvolvimento econômico, foram os trabalhos de Adam Smith (1776), Thomas Malthus (1798) e David Ricardo (1817) que apresentaram, segundo Santos *et al.* (2012, p. 47), o “[...] desenvolvimento como um fenômeno importante para a consolidação do sistema capitalista”. Diniz (2010) apresenta como relevantes os modelos de crescimento econômico de Adam Smith, de Thomas Malthus, de Joseph Schumpeter e de Harrod-Domar.

Santos *et al.* (2012) discorrem que Adam Smith defende a ideia de que o crescimento

² Discussão iniciada a partir da obra *First Principles*, de 1862, disponível em Domínio Público disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=5053. Acesso em 20 jun. 2024.

econômico de uma nação depende da capacidade da gestão do Estado ao permitir que os agentes econômicos satisfaçam os interesses individuais de forma orgânica e espontânea. Deste modo, Amaro (2003, p. 5) reconhece que Adam Smith foi um dos primeiros economistas a “[...] se inquietar com a natureza e a causa da riqueza das nações, formulando, na sua obra, o que se pode considerar o primeiro esboço de uma teoria do desenvolvimento”. Diniz (2010, p. 18) menciona que Smith pretendia “[...] ligar o aumento de bem-estar ao processo de especialização” e que uma maior especialização em nível global aumentaria a produção total.

Smith (1996, v. 1, p. 101) diz, em síntese, que é por meio das relações de troca e da organização do trabalho especializado que uma nação produz riquezas. Por meio da divisão correta do trabalho, promovida pelos agentes econômicos, o indivíduo tem a possibilidade de “[...] desenvolver seus talentos na execução do trabalho”, permitindo-lhe entregar um trabalho com qualidade que faz jus ao seu “talento desenvolvido”, referindo-se que o preço acompanha a qualidade do que foi produzido, e que em um movimento coletivo, uma nação possa se desenvolver espontaneamente pelo que produz. Para Smith (1996, v. 1, p. 153-154), isso permite que o indivíduo tenha liberdade para trabalhar por seus próprios interesses, buscando aumento de seu próprio lucro, aumentando sua produção, regulando preços e, de maneira consecutória, promovendo a riqueza da própria nação, como que impulsionada por uma “mão invisível”. Concomitantemente:

Ao procurar o seu próprio interesse o indivíduo promove o interesse da sociedade mais do que realmente procurasse promovê-lo. Tal mecanismo ficou conhecido pela imagem metafórica da mão invisível do mercado. Esta seria representada pelo conjunto de forças individuais operando na mais pura concorrência para realizar as necessidades de oferta e demanda da sociedade. A ordem do sistema econômico seria estabelecida quando atingisse o ponto de equilíbrio das forças aparentemente antagônicas do mercado - oferta e demanda - e o desenvolvimento smithiano seria então decorrente da livre iniciativa entre os agentes econômicos e da produtividade do trabalho útil. (Santos *et al*, 2012, p. 47).

Amaro (2013) e Santos *et al.* (2012) mencionam que David Ricardo traz uma perspectiva pessimista ao apresentar um conflito na lógica capitalista, relacionando o embate da taxa de lucro e taxa de salário. Destarte, Santos *et al.* (2012) analisam Ricardo por abordar questões da distribuição de renda entre as classes, conforme a sociedade é dividida, considerando que a riqueza é distribuída em salários, lucro e renda fundiária. No entanto, dizendo que Ricardo enxerga que o salário é despesa, de modo a defender que somente os lucros e a renda da terra criam riquezas para uma nação, considerando a tributação no cerne do financiamento do Estado.

Outros economistas clássicos que fomentaram o debate em torno do crescimento econômico foram John Stuart Mill (1806-1873) e Jean Baptist Say (1768-1832).

Desse modo, observa-se o papel dos autores clássicos da economia na construção do conceito de desenvolvimento pautado no crescimento econômico, provavelmente pelo fato de serem contemporâneos à Revolução Industrial, momento histórico em que iniciou a expansão do capitalismo moderno. O tema volta a ganhar força e é abordado com maior ênfase no século XX. A crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial podem ter contribuído para a criação de uma nova estrutura de poder e até mesmo uma nova matriz econômica e política (Amaro, 2003; Santos *et al.*, 2012).

2.2 DESENVOLVIMENTO, PROGRESSO E MODERNIZAÇÃO

Costa (2022) defende que a ideia de progresso está presente desde a antiguidade, transitando pela idade média, pela modernidade até a contemporaneidade. Em alguns momentos o seu significado é distante, em outros mais próximo do entendimento predominante atualmente. O autor também avalia que “[...] a referência usada no conceito de progresso está ancorada na concepção de evolução linear temporal, que parte de uma situação pior para outra melhor, ou seja, um processo histórico de evolução” (Costa, 2022, p. 23).

A noção de progresso foi incorporada ao conceito de desenvolvimento na segunda parte da década de 1940, como força ideológica de base para a reconstrução social no pós-guerra. (Ballingieri, Souza e Miranda, 2018).

Costa (2022) pontua que a aceção dada ao progresso na modernidade se trata de uma herança do pensamento eurocêntrico. Um entendimento que se segue dentro dos limites do pensamento dominante.

A racionalidade eurocêntrica, construída a partir do século 17 e dominante nos séculos seguintes, foi disseminada para outras partes do mundo por meio do colonialismo e do imperialismo [...]. Estabeleceu-se um padrão dominante de pensamento orientado pela ciência moderna e, mais adiante pela economia liberal capitalista. Este padrão, visto como o melhor caminho a ser seguido, foi decisivo para a difusão do conceito de progresso em quase todo o mundo. (Costa, 2022, p. 24).

Para Amaro (2003, p. 8), de forma consoante, o conceito de desenvolvimento eurocêntrico “[...] que dominou nos primeiros 30 anos após a Segunda Guerra” é uma

decorrência de processos históricos que aconteceram na Europa. Assim, ele menciona que estes episódios resultaram basicamente em dois marcos históricos, quais sejam a Revolução Francesa e a Revolução Industrial.

A ideia de desenvolvimento associada à modernização foi incorporada na economia política norte-americana. Santos *et al.* (2012, p. 50) destacam que, em 1949, o presidente dos Estados Unidos da América, Harry S. Truman, lançou a primeira política norte-americana de ajuda ao desenvolvimento, que surge dentro das ciências econômicas como “[...] um campo do conhecimento com a finalidade de observar, descrever e explicar o fenômeno do desenvolvimento denominado de Economia do Desenvolvimento”. Concomitantemente, Ballingieri, Souza e Miranda (2018) mencionam que alguns historiadores consideram que o discurso proferido pelo presidente Truman deu início ao conceito de desenvolvimento do ponto de vista ideológico.

No contexto brasileiro, segundo Ivo (2012), o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi um grande difusor das ideias do desenvolvimentismo e das ações do Estado no governo Juscelino Kubitschek, no intuito de orientar a classe empresária sobre seu papel nas transformações econômicas, sociais e culturais do Brasil. Criado em 1955, o órgão era vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, porém, dotado de autonomia administrativa. Ivo (2012) afirma que,

Segundo os intelectuais do ISEB, a noção do desenvolvimento referia-se a um regime de acumulação capitalista baseado em industrialização, crescimento econômico e progresso técnico, e modernização das relações produtivas, com base no trabalho assalariado e na elevação do padrão de vida da população, sob a liderança do empresariado nacional. A esse conjunto de mudanças costumou-se chamar de ‘modernização brasileira’ [...]”. (Ivo, 2012, p. 191).

Deste modo, o Estado se apropria da responsabilidade de principal ator econômico do desenvolvimento, bem como o principal difusor da ideologia do desenvolvimento pelo progresso técnico e modernização. Defendem a tese de que o desenvolvimento e o crescimento econômico somente ocorrem pela modernização do Estado e da indústria (Ivo, 2012; Santos *et al.*, 2012). Já a concepção de crescimento, segundo Diniz (2010), aparece ligada à evolução da economia e ao progresso. O crescimento da economia de um país atingido pela modernização é considerado com o caminho para o desenvolvimento.

Entendemos que uma análise do desenvolvimento pautada apenas no crescimento econômico e no progresso técnico não consegue responder ou mesmo sanar as carências de ordem humana, social, ambiental e econômica. Para que ocorra o desenvolvimento são necessárias transformações nas estruturas econômicas e sociais. Assim, novas ideias foram

sendo incorporadas ao conceito de desenvolvimento.

3 AS “NOVAS” CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

As ideias e práticas de desenvolvimento dominantes (pautadas no crescimento econômico, no progresso técnico e na modernização), tornam-se insuficientes para responder aos dilemas e as carências complexas da humanidade. Desse modo, os anos 1960-70 são marcados por “novas” abordagens do desenvolvimento, acrescentando as dimensões sociais e ambientais (ou será a velha visão de desenvolvimento com uma roupa nova?). Estas abordagens, revestidas de nomenclaturas e de propósitos específicos se apresentam como alternativas às falhas e problemas gerados pelo modelo dominante.

Amaro (2003) avalia que a modernização, o progresso técnico e o crescimento econômico “[...] alteraram radicalmente os modos de produção, de consumo e de lazer”, e trouxeram consigo “[...] algumas formas de mal-estar e carência” em muitos países subdesenvolvidos, como doenças, desigualdades sociais, fome, miséria e outros problemas que ainda não foram superados (Amaro, 2003, p. 5).

Diante do exposto, para atender aos objetivos da presente pesquisa, se julga necessário discorrer sobre o desenvolvimento enquanto bem-estar, justiça-social e sustentabilidade ambiental.

3.1 DESENVOLVIMENTO ENQUANTO BEM-ESTAR E JUSTIÇA SOCIAL

A presente pesquisa não poderia deixar de mencionar a contribuição de Karl Marx para o debate do desenvolvimento. Pode-se considerar que a crítica marxista foi o ponto inicial para se repensar o conceito de desenvolvimento a partir dos anos 1960. Na obra de Marx (1984), é possível identificar que o desenvolvimento econômico aflorado por algumas nações durante a Revolução Industrial foi possível em virtude do período de dominação que o precedeu. Assim, a nação dominante ou colonizadora tinha condições favoráveis para um acúmulo primitivo de capital, o que permitiu o financiamento e os investimentos necessários.

Nesta perspectiva, podemos então considerar que o momento histórico do mercantilismo funcionou como um período de acumulação de capital, destinado ao financiamento da etapa de industrialização dos países centrais. A partir desse momento, é estabelecida uma relação entre centro e periferia, em que o centro, na condição de país desenvolvido dominante, explora o país não desenvolvido e periférico. As causas mais profundas do subdesenvolvimento são para Marx o imperialismo e o desvio do excedente, e a única forma de escapar dessa situação seria através de uma revolução socialista. (Santos *et al.*, 2012, p. 48).

Permeada por todos os problemas não superados pelo paradigma do desenvolvimento econômico e da modernização, Santos *et al.* (2012) apresentam a existência de duas abordagens e expectativas acerca do desenvolvimento:

De um lado, a proposta de um desenvolvimento pautado nos princípios do liberalismo moderno, centrado na individualidade, na propriedade privada, na social-democracia e no Estado-Provedor. Noutro, a proposta de um desenvolvimento pautado no pensamento marxista, com base na coletivização, na propriedade estatal na justiça social e no Estado-Centralizado, porém, ambos na perspectiva de uma sociedade industrializada e urbanizada. O resultado dessa disputa ideológica proporcionou o surgimento do Estado do Bem-Estar Social, que assume a responsabilidade imediata do bem-estar de seus cidadãos, por meio de uma gama de serviços tais como: saúde, educação, previdência, habitação, entre outros. (Santos *et al.*, 2012, p. 52).

As sementes do Estado de Bem-Estar Social foram plantadas na Europa do final do século XIX. Em um contexto de urbanização acelerada e condições de trabalho precárias, gerando desigualdades sociais e pobreza em larga escala, alguns países como a Alemanha e a Inglaterra inauguraram formas de intervenção pública por intermédio do Estado.

Na Alemanha, durante o governo do chanceler Otto von Bismarck, na década de 1880, foi implantada uma série de políticas sociais pioneiras, como a introdução de seguro de saúde e pensões para idosos. Bismarck buscava com essas medidas conter o avanço do socialismo e garantir a estabilidade política do país (Kerstenetzky, 2012; Souza; Moraes, 2019).

No início do século XX, outros países europeus seguiram o exemplo, expandindo a proteção social e a adoção de políticas trabalhistas. O crescimento da influência das ideias socialistas e a preocupação dos países capitalistas centrais com a Revolução Russa de 1917, também foram fatores que impulsionaram a criação do Estado de Bem-Estar Social (Souza; Moraes, 2019).

O termo Estado de Bem-Estar Social, amplamente difundido como *Welfare State*, ganha

destaque em 1928, com William Temple, em sua obra *Cristianity and the State*³. Na obra o referido autor aborda o papel do Estado e os valores do cristianismo empregados ao desenvolvimento e que todos os cidadãos são responsáveis, sob os auspícios do Estado, pela promoção do bem-estar social e da boa convivência (Souza; Moraes, 2019).

Após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu um período de reconstrução dos países devastados pela guerra, onde o Estado de Bem-Estar Social desempenhou um papel crucial. Sua expansão foi impulsionada por altas taxas de crescimento e participação no mercado de trabalho, resultando em níveis baixos de desemprego e inflação. Além disso, várias nações implementaram reformas em suas políticas sociais, adotando medidas keynesianas (referente ao economista John Maynard Keynes), para garantir pleno emprego e crescimento econômico. Tais fatos permitiram o financiamento de benefícios e, especialmente, de serviços sociais públicos (Kerstenetzky, 2012).

A obra *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, publicada em 1936, teve influência na construção do Estado de Bem-Estar Social. Keynes (1996) argumentou que o livre mercado nem sempre se autorregula para atingir o pleno emprego, defendendo a intervenção governamental como uma medida necessária para estimular a economia.

Keynes (1996) também defendeu que, em tempos de recessão ou depressão econômica, o Estado deveria aumentar seus gastos e investimentos para estimular a demanda agregada e, assim, criar empregos e impulsionar a economia. Ele também propôs o uso de políticas monetárias (controle da oferta de moeda e taxa de juros) e fiscais (gastos do governo e impostos), como ferramentas para controlar o ciclo econômico e garantir a estabilidade. Ele entende que o consumo e a demanda efetiva eram fatores-chave para a prosperidade econômica, e o Estado poderia influenciá-los positivamente, principalmente por meio de políticas que aumentassem o poder de compra da população.

O Estado de Bem-Estar Social e todas as suas bases teóricas surgiram como uma reação a expansão do socialismo e à própria crise do capitalismo (como a crise de 1929), e o contexto pós-guerra, já supramencionado. O crescimento da desigualdade e as sucessivas crises, segundo Santos *et al.* (2012), levaram os economistas a reconhecerem a existência de um desequilíbrio na forma em que os países entendidos como industrializados e hegemônicos se relacionam com países periféricos (predominantemente agrícolas e dependentes). Os países industrializados possuem uma taxa de produtividade e de inovação tecnológica bem maior

³ Termo Welfare amplamente discutido em *Cristianity and the State*, disponível em: https://openlibrary.org/books/OL14024799M/Christianity_and_the_state. Acesso em 20 jun. 2024.

quando comparado com os países periféricos, o que aprofunda ainda mais as desigualdades.

O debate ganha forma no âmbito da ONU, entretanto é com a CEPAL que o conceito de desenvolvimento social se expande. Influenciados pela teoria keynesiana, autores como Myrdal, Hirschman, Prebisch, Furtado, Cardoso, entre outros, abrem a discussão de que falar em desenvolvimento é falar em seu contrário, uma vez que existe forte relação entre as duas realidades (desenvolvimento e subdesenvolvimento). (Santos *et al.*, 2012, p. 53).

Conforme constatação realizada por Furtado (1980), se desejarmos entender as causas e manutenção histórica do subdesenvolvimento, é preciso vê-lo como parte de um todo, como uma expressão do sistema econômico mundial. Desenvolvimento e subdesenvolvimento são produtos de um mesmo processo histórico, relacionado com a produção do espaço a partir das diretrizes do capitalismo.

Percebe-se uma mudança de orientação que deixa de lado a excessiva ênfase no crescimento econômico e passa a considerar as necessidades sociais das pessoas. Desta feita, desenvolvimento deve significar a redução gradual e, por fim, a eliminação da desnutrição, doenças, analfabetismo, miséria, desemprego e desigualdades.

Assim, a perspectiva do desenvolvimento vai além das dimensões econômicas e do progresso técnico. Esse cenário evidenciou um paradoxo entre o crescimento econômico e as demandas sociais não atendidas. Santagada (1993) argumenta que esse paradoxo destacava a necessidade de o Estado implementar ações de Bem-Estar Social para garantir políticas sociais adequadas.

Portanto, entra em contexto a abordagem social no conceito de desenvolvimento, exigindo uma nova postura do Estado e das instituições internacionais como a ONU, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Visto que o modelo capitalista praticado pelos países ricos se mostrou insuficiente para resolver suas próprias crises, a exemplo do ocorrido em 1929, 1973, 1979, 2008, e as falhas do modelo socialista nas promessas de progresso e melhores condições de vida para todos.

3.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Santos *et al.* (2012) apontam que, provavelmente, foi Thomas Malthus o primeiro pensador a apresentar a relação problemática entre o abastecimento de alimentos e os limites

dos recursos naturais, reconhecendo que a produção de alimentos crescia de modo linear, enquanto o aumento populacional avançava em progressão geométrica. No entanto, sua obra *Ensaio Sobre o Princípio da População*, datada de 1798, restringia-se basicamente a modelos matemáticos e formas de inibir a fertilidade humana, sob o medo de a expansão agrícola ter que ser infinitamente maior que a capacidade terrestre, talvez como uma preocupação da renovação de recursos naturais.

No entanto, foi somente com a emergência das discussões ambientais, no final dos anos 1960 e início dos anos de 1970, que ocorreu a inserção da questão ambiental no conceito de desenvolvimento. Após o entusiasmo pelo crescimento econômico nas décadas de 1940 e 1950, seguido pela descoberta das necessidades básicas e de bem-estar nos anos 1960, a sobrevivência do planeta passou a ser o novo foco do desenvolvimento a partir da década de 1970, impulsionando um novo frenesi em direção a essa preocupação (Sachs, 2000).

O ponto de virada, respeitando a cronologia dos fatos, foi em abril de 1968, com o surgimento de um grupo formado por 30 pessoas (dentre elas se encontravam cientistas, educadores, economistas, empresários e servidores públicos), oriundas de 10 países, denominados Clube de Roma⁴. O Clube de Roma ficou conhecido a partir da publicação do relatório denominado *Limites do Crescimento*, um estudo realizado pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT).

No ano de 1973, em meio a cenários de projeções ambientais alarmantes e influenciado pela Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ocorreu no ano anterior em Estocolmo (Suécia), surgiu o conceito de ecodesenvolvimento. Esse conceito foi definido pela Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (Ballingieri, Souza e Miranda, 2018, p. 291).

A abordagem do ecodesenvolvimento apresenta uma visão prospectiva que abrange décadas ou até mesmo séculos no futuro. Essa abordagem pressupõe a necessidade de um amplo entendimento das culturas, dos ecossistemas e das interações entre os indivíduos e o meio ambiente. Além disso, demanda a participação ativa dos cidadãos na formulação de estratégias de planejamento. Outro ponto importante é que o conceito de ecodesenvolvimento encontrou resistência devido à sua sugestão de desacelerar intencionalmente o crescimento econômico como forma de mitigar os impactos no ambiente. Isso levou a uma recepção não muito favorável desse conceito, abrindo caminho para o surgimento e a subsequente consolidação, a partir de 1987, do paradigma do desenvolvimento sustentável que advogava

⁴ História do Clube de Roma está disponível em: <https://www.clubofrome.org/history/>. Acesso em 20 jun. 2024.

pelo crescimento econômico como meio de reduzir a pobreza e, conseqüentemente, os desafios ambientais (Ballingieri, Souza e Miranda, 2018).

Outro marco importante na consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável aconteceu em 1992. Na ocasião, a ONU realizou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro. Essa conferência ficou mais conhecida como Rio 92, fazendo referência à cidade que a sediou, também foi denominada como a “Cúpula da Terra”, pois mediou acordos entre os Chefes de Estado presentes. Durante a Rio 92, 179 países participantes concordaram e assinaram a Agenda 21 Global. Essa agenda é um programa de ação baseado em um documento com 40 capítulos, que tem como objetivo promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento denominado “desenvolvimento sustentável”. O termo “Agenda 21” foi utilizado para expressar intenções e o desejo de mudança para esse novo modelo de desenvolvimento no século XXI. Em 2015, o compromisso foi renovado para as próximas décadas, e ficou conhecida como Rio+20⁵.

Se por um lado este “novo” paradigma surge como um potencial substituto ao velho paradigma industrial, econômico e do progresso técnico; por outro lado, um olhar mais crítico pode observar que toda esta nova acepção se trata de um aditivo ao conceito dominante, conforme já foi observado por diversos pesquisadores:

Diversos autores criticam o conceito de desenvolvimento sustentável, por entenderem que seu sentido é frágil, vago e inacabado. Por exemplo, Layrargues (1997) afirma que o desenvolvimento sustentável não está preocupado em preservar o meio ambiente, mas sim em manter a lógica do livre mercado. Sachs (2000) e Escobar (2007) defendem que o conceito transformou a natureza em meio ambiente, tornando-a passiva e sem vida. Para Nobre e Amazonas (2002), o conceito possui força justamente pela sua imprecisão, ou seja, tornou-se aceito porque agregou posições teóricas e políticas contraditórias. (Ballingieri, Souza, Miranda, 2018, p. 292).

Desde que o conceito se tornou popular, a literatura disponível demonstra não existir consenso entre pesquisadores sobre qual a melhor forma de mensurar e avaliar os níveis de desenvolvimento. A Comissão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CDS) divulgou as Diretrizes e Metodologias para Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, mais conhecidas como o “Livro Azul”⁶. Esse documento estabelece as bases do desenvolvimento

⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/desenvolvimento-sustentavel-o-brasil-e-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em 20 jun. 2024.

⁶ Indicators of Sustainable Development: guidelines and methodologies – Disponível em <https://www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/indicators/guidelines.pdf>. Acesso em 20 jun. 2024.

sustentável em quatro dimensões: social, ambiental, econômica e institucional, incorporando um conjunto de cinquenta indicadores essenciais e mais 46 indicadores complementares (UN, 2007).

Ballingieri, Souza e Miranda (2018), no entanto, afirmam que muitos autores reconhecem a complexidade de mensurar o desenvolvimento sustentável, devido à ampla diversidade, heterogeneidade, ambiguidade e subjetividade de seus indicadores.

3.3 DESENVOLVIMENTO HUMANO

Na busca de um indicador que pudesse representar o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões, desde o final da década de 1980, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) tem acompanhado os países na aplicação de políticas públicas. Desse modo, inspirados pelas premissas liberais do economista Amartya Sen, o PNUD pôde definir o desenvolvimento humano como um processo que engloba a expansão das opções individuais, permitindo o acesso a uma vida longa e saudável, a aquisição de conhecimentos e a disponibilidade de recursos essenciais para manter um padrão de vida adequado (Ivo, 2012).

Para Sen (2000), o desenvolvimento de uma nação está ligado às chances que ela proporciona a sua população para efetuar escolhas e exercer plenamente sua cidadania. Isso abrange não somente a garantia dos direitos sociais fundamentais, como alimentação, saúde e educação, mas também as liberdades ligadas à instrução, à participação política, à rejeição da censura, entre outras. Logo, o desenvolvimento autêntico só se manifesta quando os frutos do crescimento contribuem para ampliar as opções e as possibilidades individuais, viabilizando uma vida duradoura, saudável e o acesso aos recursos essenciais para uma qualidade de vida condizente com a atual e as futuras gerações. Em suas palavras:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação da liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. A despeito de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas – talvez até mesmo à maioria. As vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a

oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. (Sen, 2000, p. 18).

A partir dos trabalhos dos economistas Amartya Sen e Mahbul ul Haq, o PNUD adotou novas perspectivas acerca do desenvolvimento sob o olhar social e humano. Ivo (2012, p. 203) analisa que o diagnóstico de Sen “[...] sugere a mobilização e o poder dos ‘pobres’ no enfrentamento da sua própria condição de pobreza”. Essa proposição fortalece a visão emancipatória de autonomia e responsabilidade individual para aqueles em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Ela pressupõe a conversão dos indivíduos pobres de um estado de passividade para se tornarem agentes ativos, impulsionando a mudança social.

Portanto, com base nos ideais expostos, em 1990, foi lançado o primeiro Relatório sobre o Desenvolvimento Humano sobre o qual se apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Para Oliveira (2002, p. 46), “[...] a publicação do primeiro relatório sobre o desenvolvimento humano suscitou uma série de debates acerca da eficiência das políticas de desenvolvimento humano”.

Diante disso, o IDH passa a ser o termômetro de avaliação das políticas públicas para o desenvolvimento. Segundo Diniz (2010), o IDH é fundamentalmente calculado a partir de outros 3 indicadores que monitoram o desempenho da renda per capita que representa um nível de vida digno; o acesso à saúde e saneamento que pode ser traduzido em uma vida longa e saudável; e a educação através da indicação da média de tempo dedicado ao ensino formal e às taxas de alfabetização.

Ballingieri, Souza e Miranda (2018, p. 292) mencionam que o indicador “[...] se tornou uma medida de desenvolvimento bastante aceita, adaptada por muitos países para uso nacional, estadual e municipal, inaugurando e institucionalizando, assim, o paradigma do desenvolvimento humano”.

Segundo crítica elaborada por Ivo (2012), esse paradigma está fundamentado na visão liberal de autonomia do indivíduo empoderado, no caso o pobre ou mais vulnerável, e não aborda as condições estruturais cruciais que determinam a pobreza e a vulnerabilidade social. Esse enfoque tem exercido influência sobre a formulação das políticas sociais modernas, que se baseiam em paradigmas como o do capital humano, capital social e governança local. Essas abordagens perpetuam a ideia de que o desenvolvimento ocorre apenas através da capacitação individual dos vulneráveis, na busca por superar suas próprias circunstâncias de

vulnerabilidade.

Destarte, precipita-se a conclusão de que não há paradigma ou modelo de desenvolvimento que de fato transborde o atendimento das necessidades reais da sociedade. Pôde-se perceber que cada paradigma traz consigo coerências e incoerências pontuais. Desenvolvimento, portanto, torna-se atualmente um conceito multidimensional, ao mesmo tempo que é subjetivo, também é coletivo.⁷ Desse modo, com a finalidade de trazer uma discussão interdisciplinar sobre desenvolvimento para a presente pesquisa, faz-se necessária uma reflexão com relação ao desenvolvimento territorial.

4 REFLEXÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O desenvolvimento territorial refere-se à maneira como os recursos, as atividades econômicas e as interações sociais se organizam em um determinado espaço geográfico. Compreender essas dinâmicas é essencial para promover crescimento equitativo e sustentável, além da implementação de políticas públicas e estratégias eficazes que atendam às necessidades específicas de cada região. Oferece *insights* valiosos para governos, organizações não governamentais, empresas e outros atores interessados em promover o desenvolvimento. Ao entender as complexidades das interações entre fatores como infraestrutura, capital humano, recursos naturais, cultura e meio ambiente, os formuladores de políticas podem criar estratégias mais adaptadas e eficazes para impulsionar o crescimento sustentável.

Com o objetivo de compreender a relação entre desenvolvimento e território, faz-se necessário buscar a sua definição. Segundo Dallabrida (2017, p. 138), “[...] o território é tomado como a categoria conceitual básica para o debate sobre a dinâmica territorial do desenvolvimento”.

O território é uma área do espaço geográfico que é reivindicada e controlada por um grupo humano ou uma entidade política. Ele envolve não apenas a delimitação física, mas também implica autoridade, poder e jurisdição sobre essa área. O território frequentemente carrega significados simbólicos e culturais para aqueles que o controlam. Pode ser tão pequeno quanto um jardim pessoal ou tão vasto quanto uma nação soberana.

No período entre as décadas de 1960 e 1990, a compreensão de território ganha

⁷ O paradigma do desenvolvimento subjetivo surgiu a partir dos anos 2000, sendo que o governo do Butão construiu o índice que no Brasil é denominado de Felicidade Interna Bruta (FIB) e pode ser visto com detalhes disponíveis em: <https://www.fib2030.com.br/sobre-o-fib>. Acesso em: 20 jun. 2024.

destaque nas pesquisas acadêmicas, e é interpretada com base nos conceitos de controle, poder, autoridade, disputas, conflitos e administração, seja por entidades estatais, grandes corporações, grupos locais, entre outros. A noção de território está intrinsecamente ligada à ideia de controle, poder ou administração de uma área específica.

Existe uma perspectiva que associa o poder às ações estatais, porém, é igualmente reconhecido o poder presente em outras interações sociais. Isso representa um notável avanço, expandindo a abordagem e a apreensão do território ao incorporar elementos tangíveis e intangíveis (Saquet, 2011).

Dallabrida (2016, 2017) reforça tal tese sobre o território ao considerá-lo como uma categoria conceitual básica para o debate acerca do desenvolvimento territorial. O autor também entende o território como um lugar ou espaço sobre o qual o Estado exerce sua soberania. Ele apresenta duas concepções sobre o território:

Generalizando, é possível afirmar que predominam duas concepções sobre território, uma mais tradicional e outra contemporânea. Na concepção tradicional, predomina o significado de território como a área espacial sobre a qual um determinado estado tem jurisdição (no caso do Brasil, nas diferentes esferas da federação, municipal, estadual e federal) como área dependente de uma nação, província ou localidade, ou jurisdição, sobre o qual o Estado exerce soberania. A segunda, mais contemporânea, que concebe o território como recorte do espaço geográfico relacionado ao uso e apropriação, em que se expressam relações de poder, identidades e territorialidades individuais ou grupais. (Dallabrida, 2017, p. 139-140).

O autor sugere que para se aprofundar nas implicações práticas sobre a intervenção territorial, é necessário adentrar em outras categorias conceituais: (i) territorialidade; (ii) identidade territorial; (iii) ancoragem territorial, ativos e recursos territoriais; e (iv) patrimônio territorial, todos como base para o processo de desenvolvimento territorial (Dallabrida, 2016, 2017).

No que se refere à territorialidade, Dallabrida (2017, p. 145) introduz que “[...] a noção de territorialidade contribui para a construção do sentimento de pertencimento a um determinado território, do que decorre a identidade territorial”.

Coexistem várias concepções sobre territorialidade: (i) conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo, em vias de atingir a maior autonomia possível; (ii) espaço de referência para construção de identidades; (iii) conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de grupos sociais ou as empresas; (iv) sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence; (v) relações de poder espacialmente delimitadas; e, sintetizando, (vi) correspondendo às relações sociais e às atividades diárias que os homens mantêm com seu entorno. (Dallabrida, 2017, p. 145).

Dallabrida (2017) sintetiza que a territorialidade engloba todas as atividades cotidianas realizadas pelos agentes de um território com o propósito de assegurar a sobrevivência, perseguir seus anseios e aspirações, aprimorar suas circunstâncias de vida e executar ações que visam aprimorar a realidade sempre que viável e apropriado. Isso ocorre através da incorporação das dinâmicas locais e globais.

Saquet (2013, p. 115) apresentou territorialidade como “[...] um fenômeno social, que envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagidos entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço” e sintetiza que “O agir social é local, territorial e significa territorialidade”.

A identidade territorial é definida por Dallabrida (2017, p. 146) como um “[...] elemento diferenciador de um determinado agrupamento populacional, pois seus traços e características estão ligados ao meio físico, à cultura, às relações sociais econômicas, enfim, ao patrimônio territorial”. A identidade territorial cria e direciona os fluxos dos processos de territorialização; porém, as iniciativas de territorialização, por sua vez, fortalecem a conexão entre a comunidade e o território, reforçando o processo de identificação mútua.

No que tange à categoria conceitual de ancoragem territorial, o autor diz que “[...] estar ancorado territorialmente, resumidamente, representa estar enraizado no território” (Dallabrida, 2017, p. 147). O referido autor menciona que a literatura sobre o tema discorre predominantemente sobre estudos que relacionam a firma e o território. Tendo em vista o enraizamento territorial e a permanência em determinado território. Do ponto de vista da firma, a ancoragem territorial “[...] tem relação com o custo de oportunidade, ou de transação, a qual depende das condições socioeconômico-culturais e ambientais no território” (Dallabrida, 2017, p. 148). Essa abordagem leva em consideração aspectos como proximidade e atratividade local, ainda que se entenda a dinâmica de mercados globais.

Portanto, a ancoragem territorial, derivada de dinâmicas de proximidade, ocorre a partir da inserção na cultura do território e integração em suas atividades produtivas, de investigação e inovação e instituições em geral, na forma de processo intencionais dos atores territoriais. (Dallabrida, 2017, p. 149).

A identidade e a ancoragem territorial possuem interação e são fenômenos decorrentes dos ativos e recursos territoriais. Dallabrida (2017) encerra a reflexão sobre os ativos e recursos territoriais evidenciando que o desafio das estratégias de desenvolvimento reside na capacidade de aproveitar os recursos singulares e identificar aquilo que possa se tornar o potencial distintivo de um determinado território. Isso demanda um processo de qualificação ou

ativação dos recursos, ou seja, transformar esses recursos em ativos específicos. O sucesso dessa abordagem está intimamente ligado às habilidades dos grupos em termos de organização e formulação de um projeto político para um desenvolvimento que esteja ancorado nas particularidades territoriais. (Dallabrida, 2017).

Por fim, o autor apresenta como patrimônio territorial um dos elementos que compõe o processo de desenvolvimento territorial, mas reconhece que na literatura o tema é abordado como capital territorial por diversos autores. No entanto, após análise do autor, acata-se a definição de patrimônio territorial como um conceito mais abrangente que engloba tanto capital quanto os ativos e os recursos territoriais:

Assume-se a concepção de patrimônio territorial [...], como o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, genéricos e específicos, públicos e privados, de um determinado território. Os ativos territoriais são os fatores em plena utilização, enquanto os recursos são os fatores subutilizados ou ainda sem utilização alguma. (Dallabrida, 2017, p. 152).

O autor menciona que “[...] os componentes do patrimônio territorial são imperativos para o reconhecimento do território” (Dallabrida, 2017, p. 153). Portanto, o patrimônio territorial, juntamente com seus elementos constituintes, desempenha um papel central em qualquer intervenção ou análise relacionada ao território. Ele proporciona um ponto de partida fundamental para a reflexão sobre o desenvolvimento territorial, ao considerar os valores, atributos, ativos e recursos associados, sejam eles tangíveis ou intangíveis, de natureza genérica ou específica, com um enfoque especial nos últimos. Assim, é possível reconhecer os pontos de intervenção, através de um diagnóstico a partir do patrimônio territorial, permitindo o planejamento de ações propositivas conforme as particularidades e necessidades do território (Dallabrida, 2017).

Os ativos são representados pelo sistema produtivo e de infraestrutura, pelo ambiente natural, pela formação humana e intelectual, pelas expressões culturais e pela cultura empresarial, pelos valores sociais, pelas configurações de associativismo e pelas redes de relações, além das institucionalidades públicas, sociais e corporativas presentes no território. Dallabrida (2020) propõe 6 componentes do patrimônio territorial, representados na Figura 1.

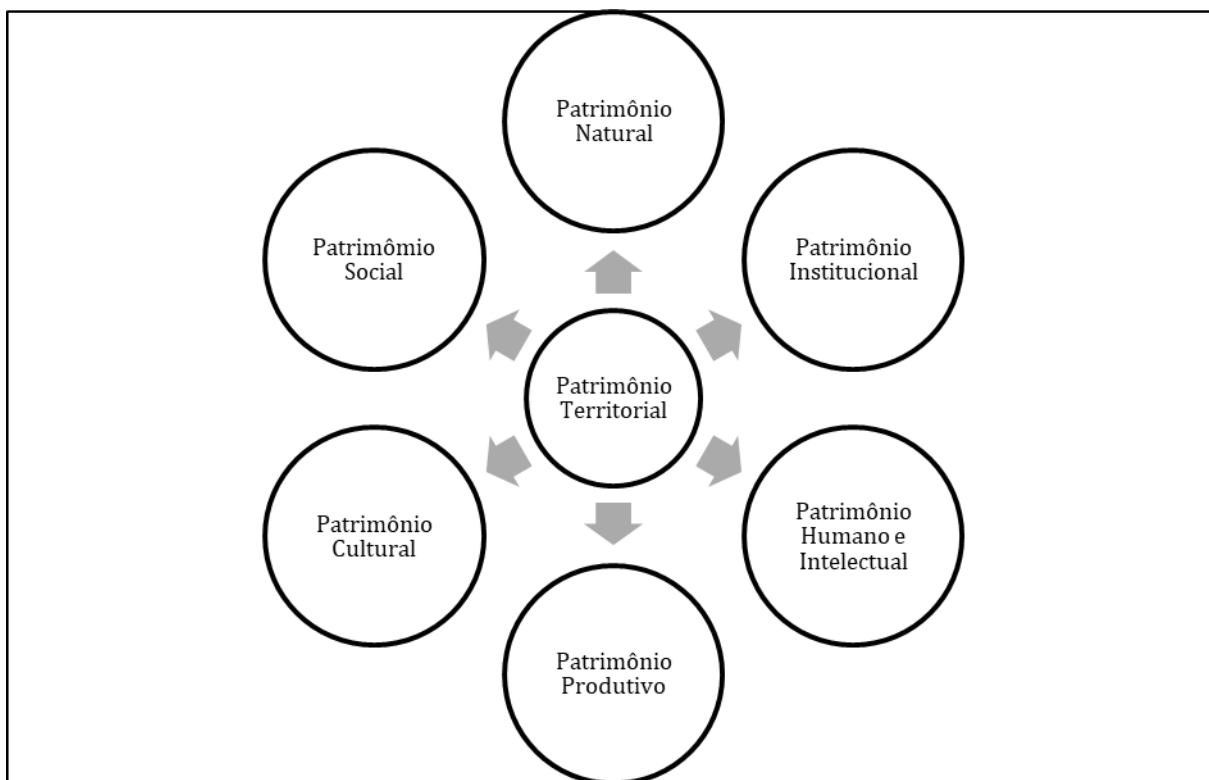


Figura 1 – Patrimônio Territorial
Fonte: Adaptado de Dallabrida (2020, p. 70)

Os ativos territoriais se referem aos fatores em plena utilização, enquanto os recursos são os fatores subutilizados ou ainda sem utilização alguma. A ativação desse patrimônio, por meio da aprendizagem coletiva e da interação social, destaca a possibilidade de criar meios ou ambientes inovadores, com alto potencial de oportunizar o aumento da coesão social e de superar as barreiras institucionais que limitam os processos de desenvolvimento territorial. (Dallabrida, 2020).

Segundo Dallabrida (2020), uma maneira de expandir a compreensão da dinâmica entre território e desenvolvimento é estabelecer conexões entre as categorias de análise geográfica: estrutura, processo, forma e função. Considera-se, também, a dinâmica territorial do desenvolvimento, com base nos conceitos de território e governança territorial, patrimônio e desenvolvimento territorial. Pode ser observado como um processo de desenvolvimento territorial, na Figura 2.

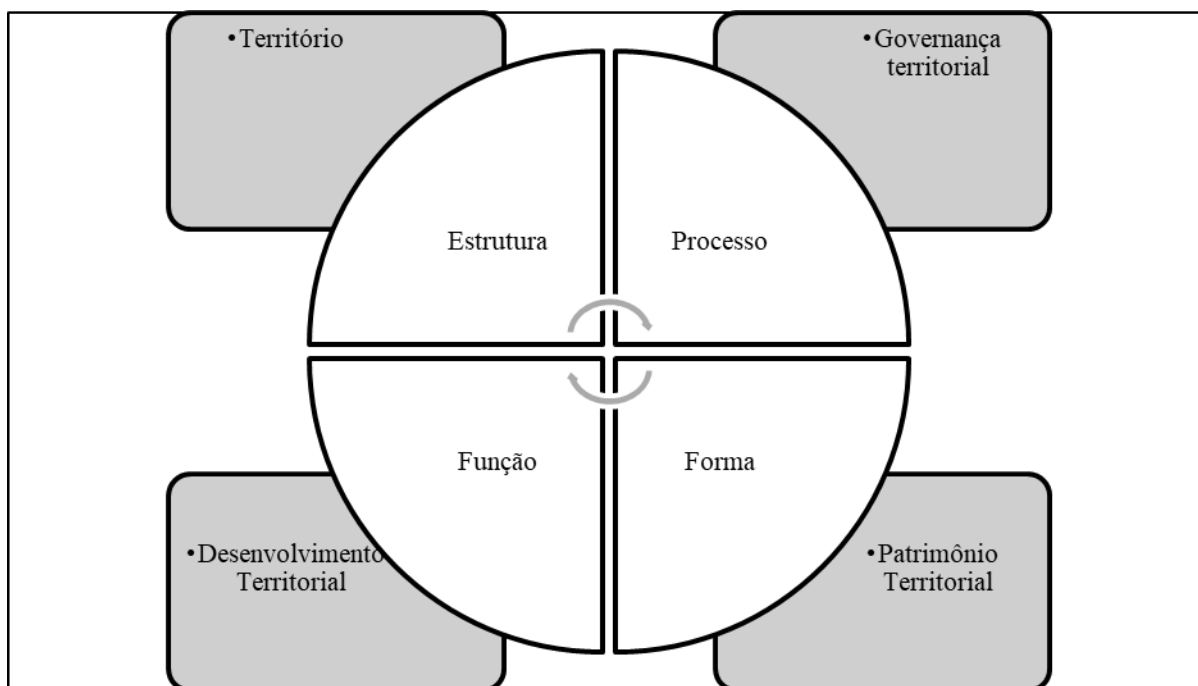


Figura 2 – Processo de Desenvolvimento Territorial

Fonte: Adaptado de Dallabrida, (2020)

O território (estrutura) se manifesta por meio das dimensões do patrimônio territorial (forma), que é o ponto de partida e orientação nos processos territoriais que buscam conceber novos usos e práticas socioeconômico-ambientais, visando ao bem-estar da população residente no território. As governanças territoriais (processo), estabelecem as reflexões, debates, conversações, disputas, conflitos e consensos, que resultam em um projeto político de desenvolvimento. O objetivo a ser atingido via projeto político é o desenvolvimento territorial (função).

Dallabrida (2000) sugere a necessidade de uma discussão coletiva dessas ações propositivas como alternativas para o desenvolvimento territorial, permitindo a integração democrática e o protagonismo das pessoas envolvidas no desenvolvimento do território.

Saquet (2019) ainda menciona que a condução do desenvolvimento territorial, na prática, requer imperativamente uma abordagem e ação territoriais. Nesse sentido, é vital que essa condução seja abrangente, participativa tanto na pesquisa quanto na ação, voltada para as camadas populares, fundamentada em reciprocidade cooperativa e solidária, com ênfase em identidade, diálogo e confiança. Ela deve ser também interdisciplinar e ambientalmente consciente, fundamentada nas particularidades do local e na autonomia decisória das pessoas envolvidas, com raízes profundas, estabelecendo redes locais e promovendo autogestão,

sempre com foco na comunidade e na resistência contra a hegemonia (Saquet, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente, conforme as reflexões apresentadas no decorrer do artigo, que a palavra desenvolvimento foi adquirindo complexidade, bem como representatividade política no século XX, com destaque para o período posterior à Segunda Guerra Mundial. O desenvolvimento tornou-se uma meta a ser atingida tanto por países, como por regiões no interior dos países.

O conceito de desenvolvimento também foi adquirindo características multidimensionais, ou seja, os pesquisadores foram abandonando a visão dimensional centrada somente nos aspectos econômicos e mudando para uma concepção que considera os aspectos sociais, políticos, culturais, ambientais e também econômicos.

No processo de renovação do conceito de desenvolvimento foram criados complementos como: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano, desenvolvimento local, entre outros. Isso com o objetivo de atribuir um “novo” significado. No entanto, essas “novidades” são muito mais a continuação das propostas anteriores (com uma outra roupagem), do que uma ruptura com o que já existia.

Nesse contexto, entendemos que a ideia de desenvolvimento territorial é a que apresenta maior potencial de transformação da realidade. Segundo Fuini (2010), o desenvolvimento territorial tem como referência a presença de mecanismos internos de regulamentação dos fluxos econômicos e sociais, frequentemente associados ao conceito de desenvolvimento endógeno. Esse é um processo intrínseco que se desenrola em unidades territoriais menores, geralmente delimitadas politicamente como municípios, e em aglomerados humanos que possuem a capacidade de impulsionar o crescimento econômico e aprimorar a qualidade de vida da população. Além disso, o conceito também engloba a habilidade dos agentes e das comunidades locais de se organizarem e se mobilizarem com base nas características e potencialidades específicas de cada território.

O desenvolvimento territorial se destaca das demais propostas em virtude: 1) da abordagem multidimensional; 2) da capacidade de mobilização popular; 3) dos princípios democráticos; 4) das discussões coletivas; 5) do aproveitamento das potencialidades do local; 6) da visão de totalidade; 7) da solidariedade entre as pessoas; 8) da valorização da cultura local; 9) da preocupação ambiental e; 10) da elaboração de um projeto político de

desenvolvimento coletivo.

Trata-se de uma proposta de desenvolvimento pautada em um projeto político realizado coletivamente com o intuito de aproveitar as potencialidades existentes no território, respeitando o meio ambiente, valorizando a cultura e promovendo melhorias para a população.

REFERÊNCIAS

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa v. 4, p. 35-70, 1 jun. 2003. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cea/1573>. Acesso em: 22 jun. 2022.

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e... Noflay!. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, v. 34, p. 77-111, set-nov. 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cea/2335>. Acesso em: 24 mai. 2022.

BELLINGIERI, Julio Cesar; SOUZA, José Gilberto de; MIRANDA, Claudio de Souza. Percepções do desenvolvimento em três municípios paulistas. **Planejamento e Política Pública**, Brasília, v. 51, p. 285-314, 12, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9894>. Acesso em: 22 jul. 2023.

COSTA, Fabio Rodrigues da. **A irracionalidade do desenvolvimento no capitalismo: acumulação, desigualdade e crise**. Campo Mourão: Fecilcam; Curitiba: Editorial Casa, 2022.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Território, governança e o desenvolvimento territorial: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência**. São Paulo: LiberArts, 2016.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Teorias do desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países**. Curitiba: CRV, 2017.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Território e governança territorial, patrimônio e desenvolvimento territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR**. V. 16, N. 2, P. 63-78, mai-ago/2020. Taubaté, SP, Brasil.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies: por meio da seleção natural**. Tradução de André Campos Mesquita. 6. ed. São Paulo, SP: Lafonte, 2017.

DINIZ, Francisco. **Crescimento e desenvolvimento económico: modelos e agentes do processo**. 2. ed. Lisboa, PT: Editora Sílabo, 2010.

FUINI, Lucas Labigalini. **Manifestações da governança territorial no Brasil: uma análise do 'circuito das águas paulista' e do 'circuito das malhas do sul de Minas Gerais'**. 2010. 191 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas,

2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/104392>. Acesso em: 22 ago. 2023.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo. Ed. Nacional, 1980.

HOUAISS, Antônio. **Grande Dicionário Houaiss**. São Paulo: UOL, 2022. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-0/html/index.php#0. Acesso em: 22 jun. 2022.

IVO, Anete B. L. O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. **Revista CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 187-210, maio/ago. 2012. <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19344>. Acesso em: 18 jun. 2023

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **O Estado de Bem-Estar Social na era da razão**: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Renda**. São Paulo: Nova Cultural, Coleção “Os Economistas”, 1996.

LEITE, Lucas Amaral Batista. Darwinismo social e alteridade nos Estados Unidos: da guerra civil à construção do imperialismo. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 54, p. 73-106, jul./dez. 2019. Disponível: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/15210>. Acesso em: 17 jun. 2022.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1 – o processo de produção do capital. Volume 1. São Paulo: Difel, 1984.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**. Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477/372>. Acesso em: 18 jun. 2022.

SACHS, W. Meio ambiente. In: SACHS, W. (Org.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTAGADA, Salvatore. Indicadores sociais: contexto social e breve histórico. **Rev. Indicadores Econômicos FEE**, V. 20, N. 4, 1993.

SANTOS, Elinaldo Leal; BRAGA, Vitor.; SANTOS, Reginaldo Souza; BRAGA, Alexandra Maria da Silva. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 44–61, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/215>. Acesso em: 23 mai. 2022.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e Concepções de Território e Territorialidade. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, 2011. Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-16.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de território**. 3 ed. São Paulo: expressão popular, 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas

de desenvolvimento. **Revista de Desenvolvimento Regional e Agronegócio**. Edição especial IGepec, Toledo, v. 23, p. 25-39, 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/22719> . Acesso em: 21 ago. 2023.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1. (Coleção Os Economistas). *E-book*. disponível em: <https://abdet.com.br/site/adam-smith/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 2. (Coleção Os Economistas). *E-book*. disponível em: <https://abdet.com.br/site/adam-smith/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SOUZA, Fernando da Cruz; MORAES, Nelson Russo de. Estado de bem-estar social: uma revisão de literatura. **Revista Observatório**, [S. l.], v. 5, n. 5, p. 906–936, 2019. DOI: 10.20873/uft.2447-4266.2019v5n5p906. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/8230>. Acesso em: 24 jul. 2023.

TEMPLE, William. **Christianity and the State**. London: Macmillan and Co, 1928. E-book. Disponível em: https://openlibrary.org/books/OL14024799M/Christianity_and_the_state . Acesso em: 20 jun. 2023.

UN – UNITED NATIONS. **Indicators of sustainable development: guidelines and methodologies**. 3rd ed. New York: United Nations, 2007. Disponível em: <https://www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/indicators/guidelines.pdf> . Acesso em: 14 ago. 2023.

UNDP – UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development**
VIARO, Mário Eduardo. Uma breve história da Etimologia. **Filologia e Linguística Portuguesa**, [S. l.], v. 15, n. esp., p. 27-67, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/82818>. Acesso em: 31 mai. 2022.

Recebido em 27/06/2024

Aprovado em 20/11/2024